

to dos teóricos essencialistas da identidade do gênero. Butler conclui o seu capítulo imaginando se o questionamento da psicanálise pode abalar com êxito a utópica dispersão da identidade de gênero, que é explícita no trabalho de Wittig e que pode ter origem em Foucault.

Cornell e Thurschwell começam onde Butler se omite. Para esses autores, a estrutura psicanalítica desconstrói a própria divisão em gêneros que constitui a característica da sua teoria. Mostram eles através das críticas de Lacan e Kristeva que a rígida oposição binária — masculino/feminino — é por sua vez constituída apenas de um efeito de relações intersubjetivas de muitos gêneros que deixa traços em todo sujeito dotado de gênero. Apesar de suas diferenças decisivas, a designação lacaniana de mulher como o “outro excluído” do discurso, e a identificação afirmativa de mulher como “momento revolucionário” da vida social e da linguagem, concordam com a sugestão de que a divisão de gênero expressa na narrativa edípica é *destino*. Apoiando-se na teoria de Hegel da constituição intersubjetiva da identidade e na *Dialética Negativa* de Adorno, Cornell e Thurschwell se empenham em mostrar que a rígida dicotomia de gênero favorece a ideologia ao obscurecer a possibilidade imanente de um mundo no qual o “código das características sexuais não mais seria discriminante”.

O dilema da identidade feminina/feminista é plenamente exposto no desacordo quanto à posição da psicanálise e a teoria de Foucault que permeia esses três capítulos. Contra a reificação das categorias bipolares de identidade de gênero — macho e fêmea — Cornell, Thurschwell e Butler argumentam em favor de uma crítica da lógica binária, pela proliferação da diferença e pela constituição da identidade via reconhecimento e deixando de lado a verdadeira diferença. Teóricos psicanalíticos feministas como Dinnerstein, Chodorow e Balbus não discordariam muito desse apelo pela diferença na medida em que afirmam que aspectos da socialização feminina em nossas culturas contêm traços de tais lembranças e práticas que dotariam as mulheres para compreender e respeitar essas diferenças mais prontamente que sua contrapartida masculina.

Esse dilema da identidade feminina/feminista traz à luz uma tensão inerente aos capítulos da primeira parte deste volume. Enquanto Fraser e Young juntam-se a Cornell, Thurschwell e Butler em suas críticas da lógica identitária de oposições binárias, Benhabib e Markus, como Balbus, vêm nas atuais formas de constituição do gênero traços utópicos de um futuro modo de identificação. Ao invés de solucionar esse dilema, esta coleção documenta-o; ao invés de fornecer soluções precisas, os capítulos a seguir insinuam as várias opções enfrentadas pela teoria e prática do feminismo atual. Gostaríamos de terminar esta Introdução com uma pergunta: aonde vamos além da política do gênero? A uma transcendência radical da lógica de oposições binárias ou a uma compreensão utópica de formas de identificação do outro, imanente nos dispositivos psicosssexuais atuais, mas no momento cristalizados nos limites do pensamento rigidamente genericado?

1

Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico

Linda Nicholson

Assim como a teoria liberal no século XVII começou a refletir a separação de parentesco e Estado que ocorria naquele período, também nos séculos XVIII e XIX surgiu um novo ramo de estudo — a teoria econômica — que, de modo análogo, refletia uma separação da economia, Estado e parentesco que ocorria naqueles séculos. Embora versões incipientes de uma “economia” possam ser historiadas desde pelo menos a Idade Média, só no século XVIII essa esfera se tornou independente a ponto de gerar seu próprio corpo de teoria, construído nos escritos de pensadores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

O que distinguia Karl Marx nesse rol, não só de Smith e Ricardo, mas ainda mais fortemente dos teóricos econômicos posteriores, era a sua percepção de que a atuação aparentemente autônoma da economia prejudicava sua interdependência com outros aspectos da vida social. Marx, mais que a maioria dos teóricos econômicos, possuía um forte senso da história e em consequência disso estava cênscio das origens das relações econômicas contemporâneas em relações políticas e familiares mais antigas, e da permanente interação do Estado, da família e economia mesmo no contexto de sua separação histórica. Marx, mais do que a maioria dos teóricos econômicos, estava ciente da interconexão da família, do Estado e da economia, mas apesar disso, sua teoria não mantinha consistentemente essa consciência. Da maior importância, o pressuposto comum a muita teoria econômica de que há através das culturas um componente econômico da existência humana que pode ser estudado independente de outros aspectos da vida huma-

na, aparece como elemento significativo em seus escritos, e com maior destaque no que se poderia chamar sua antropologia filosófica ou teoria cultural da natureza da vida humana e organização social.

De fato, ao elaborar uma antropologia filosófica com base nesse pressuposto, revelou e tornou mais explícita aquela mesma perspectiva de outras teorias econômicas que ele, em outros contextos, criticou.

Essa inconsistência torna Marx uma figura crucial para a teoria feminista. Assim como a teoria feminista questionou a distinção necessária e analítica de família e Estado, predominante na perspectiva liberal, do mesmo modo deve questionar o pressuposto da distinção analítica do presente econômico tanto na perspectiva liberal como marxista. A ironia no caso é que, ao fomentar esse projeto, a teoria feminista tem em Marx tanto um forte aliado como um sério adversário. Como veremos, os feministas podem utilizar muito do trabalho histórico de Marx e de muitos marxistas, ao compreenderem a separação da família, do Estado e da economia como um fenômeno histórico e não natural, e ao compreenderem a interação dessas esferas mesmo no contexto de sua separação. Por outro lado, a antropologia filosófica de Marx, ao continuar, e mesmo reforçar, nossos pressupostos modernos da autonomia do econômico, ergue sérios obstáculos ao entendimento do gênero. Esse argumento exige que examinemos agora o conteúdo dessa antropologia.

1 Marx e a Produção

Fundamental em Marx para a sua visão da vida humana e da organização social é o seu conceito de produção. Mas de uma perspectiva feminista esse conceito é essencialmente ambíguo, seja tratando de todas as atividades humanas necessárias à reprodução da espécie (inclusive as de amamentar e criar filhos), seja focalizando exclusivamente as atividades relacionadas com obtenção de alimentos e produção de objetos físicos. Essa ambigüidade é ilustrada na passagem seguinte (grifos nossos):

“A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como de vida nova na procriação, surge agora como um duplo relacionamento: por um lado, como relacionamento natural, por outro, como um relacionamento social. Por social entendemos a cooperação de vários indivíduos, não importa em que condições, nem de que maneira, nem com que finalidade. Segue-se disso que certo modo de produção *ou estágio industrial*, acha-se sempre combinado com certo modo de cooperação, ou estágio social, e esse modo de cooperação é por sua vez uma ‘força produtiva’. Segue-se também que o sem-número de forças produtivas acessíveis aos homens determina a natureza da sociedade, e, pois, que a ‘história da humanidade’ deve ser sempre estudada e tratada numa relação com a *história da produção e troca*.”¹

Na primeira sentença, “produção” refere-se a todas as atividades necessárias à sobrevivência da espécie; no meio da passagem seu significado restringiu-se àquelas atividades que se destinam à criação de objetos materiais (industriais). Embora a partir do significado de “produção”, na primeira sentença, Marx pudesse incluir formas de família sob os “modos de cooperação” que ele define, em meados do parágrafo, seu significado restringiu-se de tal modo a incluir somente aqueles “modos de cooperação” encontrados dentro da “produção e troca”. Com efeito, Marx eliminou do seu enfoque teórico todas as atividades básicas para a sobrevivência humana que se acham fora da “economia” capitalista. As atividades que ele eliminou incluem não apenas as identificadas pelos feministas como “reprodutivas” (cuidado de filhos, alimentação) mas também aquelas referentes à organização social, isto é, as que regulam as relações de parentesco, ou, nas sociedades modernas, as que ele classificaria como “políticas”.² Isso se deu por ter Marx passado de um sentido amplo para um significado restrito de “produção”.

A ambigüidade de Marx no emprego de “produção” pode ser compreendida ainda em razão da variedade de significados que a palavra possui. Primeiro, no seu significado mais amplo ela pode designar qualquer atividade que tenha conseqüências. Mais restritamente, “produção” designa as atividades que resultam em objetos. Finalmente, num sentido específico, designa aquelas atividades que resultam em objetos que são comprados e vendidos, isto é, mercadorias. Do mesmo modo, se examinarmos palavras aparentadas como “trabalho” e “produto”, podemos deparar com uma confusão entre, respectivamente

- 1) atividade que requer algum esforço e o resultado dessa atividade;
- 2) atividade resultante num objeto e esse objeto; e
- 3) atividade resultante numa mercadoria e essa mercadoria.

Marx, e depois muitos dos seus seguidores, geralmente não esclarecem quais desses significados estão utilizando quando empregam essas palavras e outras aparentadas a elas. Por exemplo, quando Marx afirma que o trabalho é o motor da mudança histórica, querará dizer que todo esforço humano modifica o meio natural ou social; só aquele esforço que resulta em objetos, ou esforço que resulta em mercadorias? Do mesmo modo, o conceito de Marx de “economia” muitas vezes confunde, em parte devido às ambigüidades no seu emprego de “produção”. Para ilustrar essa questão será útil citar o prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

“Na produção social de sua existência, os homens entram inevitavelmente em determinadas relações, que são independentes de sua vontade, a saber, relações de produção correspondentes a certo estágio no desenvolvimento de suas forças de produção materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a fundação concreta, so-

bre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo social geral, a vida política e intelectual.”³

No trecho acima, Marx iguala a “estrutura econômica da sociedade” com suas “relações de produção”. Desde que uma razoável interpretação de “modo de produção da vida material” seria todas as atividades conducentes à criação e recriação da existência física de uma sociedade, as “relações de produção” deveriam razoavelmente incluir toda interação social tendo como fim esse objeto. Desse modo, a família não contaria como componente da “economia”. Mesmo se interpretarmos a expressão “modo de produção da vida material” para designar apenas atividades referentes à coleta, caça ou cultivo de alimento e à fabricação de objetos, a família, em muitas sociedades, ainda estaria incluída como um componente da economia. Todavia, nenhum desses dois significados de “economia” é o mesmo do capitalismo pós-industrial, onde “economia” vem a designar principalmente as atividades daqueles empenhados na criação e troca de mercadorias. Assim, o conceito de Marx de “economia” na passagem acima é ambíguo como consequência da ambigüidade de seu conceito de produção.

Tais ambigüidades no significado de palavras-chave na teoria de Marx por sua vez originam graves problemas no seio da teoria. Em particular, levam Marx a projetar falsamente aspectos da sociedade capitalista em todas as sociedades, e com mais relevância para os propósitos deste capítulo, a projetar culturalmente a autonomização e o primado do econômico nas sociedades capitalistas. Essa questão é ilustrada ao examinarmos a afirmação de Marx de que “as mudanças na base econômica levam cedo ou tarde à transformação de toda a imensa superestrutura”. Essa assertiva pretende ser um princípio geral da teoria social, isto é, pretende afirmar que em todas as sociedades há certa relação entre a “economia” e a “superestrutura”. Se interpretamos “economia”, aqui, para designar “todas as atividades necessárias para satisfazer as condições da sobrevivência humana”, a declaração é não-problemática, mas trivial. Mais freqüentemente, “economia” é interpretada por Marx e os marxistas para designar “aquelas atividades referentes à produção de alimentos e objetos”. Neste caso, embora a declaração deixe de ser trivial, encerra agora alguns problemas como afirmação cultural. Embora todas as sociedades tenham alguns meios de organizar a produção de alimento e objetos, bem como alguns meios de organizar a sexualidade e o cuidado de crianças, só na sociedade capitalista o primeiro conjunto de atividades se torna diferenciado do último sob o conceito de “econômico” e assume certa prioridade. Assim, ao empregar o significado mais específico de “econômico” em suas afirmações culturais, Marx projeta a separação e o primado do “econômico”, próprio da sociedade capitalista, a todas as sociedades humanas.

Assim sendo, examinemos mais de perto essa projeção do primado

do “econômico”. Marx, ao dar primazia ao “econômico”, não pode apenas estar argumentando que a produção de alimento e objetos é uma condição necessária para que a vida humana continue. Isso é sem dúvida certo, mas o mesmo se pode dizer de muitos outros aspectos e atividades dos seres humanos: nós respiramos, comunicamo-nos uns com outros pela linguagem e outros meios, praticamos atividade heterossexual que resulta em nascimento de filhos, criamos formas de organização social, criamos filhos etc. Ao invés, Marx parece estar fazendo a afirmação mais forte e mais interessante de que os modos pelos quais produzimos alimento e objetos por sua vez estruturam a maneira pela qual outras atividades humanas necessárias são realizadas. Mas a força desta última assertiva, afirmo eu, repousa num aspecto válido apenas para a sociedade capitalista: que, neste caso, o modo como a produção de alimentos e objetos é organizada, de fato estrutura, em significativo grau, outras atividades humanas necessárias. Isto porque na sociedade capitalista, a produção de alimentos e objetos adquire uma importância que vai além de sua importância como uma atividade vital necessária.

Em outras palavras, na medida em que a sociedade capitalista organiza a produção e distribuição de alimentos e objetos com vistas ao lucro, essas atividades ocupadas em fazer e trocar alimentos e bens assumem um valor e importância relativamente *independente* de seu papel em satisfazer necessidades humanas. A capacidade dessas atividades de gerar lucro dá-lhes uma prioridade que pode ser erroneamente associada com sua função de satisfazer tais necessidades. Como observou Marshall Sahlins, essa prioridade torna digna de fé uma espécie de teoria reflexionista ou determinista econômica na qual o sistema de produção e troca parece básico:

“Uma vez que os objetivos e relações de cada subsistema são distintos, cada um tem certa lógica interna e uma relativa autonomia. Mas desde que todos se acham subordinados às exigências da economia, isso dá credibilidade ao tipo de teoria reflexionista que percebe na superestrutura as diferenciações (sobretudo de classe) estabelecidas na produção e na troca.”⁴

Assim, se na sociedade capitalista atividades tais como criar filhos e enfermagem fossem tão lucrativas como se tornaram as atividades destinadas à produção de alimentos e objetos, poderíamos também acreditar que a maneira pela qual as sociedades humanas criam filhos ou cuidam de seus doentes estrutura todas as demais atividades da vida nas quais se empenham.

Mais significativo para os propósitos deste capítulo do que mesmo a projeção de Marx na sua teoria cultural do primado do econômico encontrado nas sociedades capitalistas é sua projeção da *autonomia* do econômico naquela teoria. Para ilustrar como aquela projeção é uma função de certos aspectos peculiares da sua época, gostaria agora de examinar mais de perto o contexto histórico em que Marx escreveu.

2 O Contexto Histórico do Marxismo

Um dos teóricos cuja obra pode nos dar valiosos instrumentos para a compreensão do contexto histórico de Marx é Karl Polanyi. Uma das principais teses do seu livro *A Grande Transformação* é semelhante a um tópico acentuado aqui: que enquanto é certo que todas as sociedades devem satisfazer as necessidades biológicas para continuar vivas, só na moderna sociedade é certo que a satisfação de algumas dessas necessidades em quantidades cada vez maiores torna-se um motivo central de ação. Essa transformação Polanyi identifica com o estabelecimento de uma economia de mercado cujo pleno desenvolvimento, afirma ele, só ocorre no século XIX. Polanyi reconhece a existência de mercados, tanto externos como locais, antes desse século. Todavia, faz uma distinção entre o que define como comércio externo, local e interno. Comércio externo e local são complementares às economias em que existem. Implicam a transferência de mercadorias de uma área geográfica onde se acham disponíveis para outra onde não existem. O comércio que se dá entre cidade e campo ou entre áreas de climas diferentes representa essa transferência. O comércio interno difere do local e do externo em que é essencialmente competitivo, envolvendo “muito maior número de trocas, nas quais mercadorias semelhantes, procedentes de diferentes origens, são oferecidas em competição umas com as outras”.⁵ Polanyi afirma que essas diferentes formas de comércio têm diferentes origens; em particular, o comércio interno não surgiu do externo nem do local, como o senso comum poderia sugerir, mas da deliberada intervenção por parte do Estado.⁶ O sistema mercantil dos séculos XV e XVI estabeleceu suas condições iniciais, possibilitando os começos do mercado nacional.

Conquanto a intervenção estatal fosse necessária para estabelecer as condições iniciais para um mercado nacional, o verdadeiro florescimento desse mercado exigiu a ausência de pelo menos algumas das espécies de regulamentações estatais verificadas no mercantilismo.⁷ Uma economia de mercado é aquela onde o movimento dos elementos da economia — bens, trabalho, terra, dinheiro — é governado pelas ações do mercado. No feudalismo e no sistema de guildas, mecanismos não mercantis controlavam dois desses elementos: a terra e o trabalho. Esse controle não mercantil sobre o trabalho e a terra não desapareceu no mercantilismo; apenas mudou sua forma. Os princípios do estatuto e das ordenações suplantaram os do costume e da tradição.⁸ De fato, afirma Polanyi, só depois de 1834, na Inglaterra, com a revogação da Lei Speenhamland, que dava ao governo subsídios para os desempregados e subempregados, é que o último desses elementos, o trabalho, ficou livre para tornar-se uma mercadoria. Assim, só no século XIX, na Inglaterra, se poderia dizer que uma economia de mercado funcionava plenamente.

O trecho acima sobre o surgimento de uma economia de mercado pode nos ajudar a compreender seus aspectos distintivos. De importância capital é a dominância do princípio do preço como mecanismo

para organizar a produção e a distribuição de bens. Isso significa que só quando todos os elementos necessários para a produção e distribuição de bens são controlados pelo preço pode-se dizer que uma economia de mercado está funcionando. Uma economia de mercado exige a isenção dos elementos que a compõem de um controle das demais instituições sociais, tais como o Estado e a família. Polanyi não discute o declínio da família no controle desses elementos. Acentua, porém, a separação do político e do econômico como condição necessária para uma economia de mercado:

“Um mercado auto-regulador exige nada mais que a separação institucionalizada da sociedade numa esfera econômica e numa esfera política. Tal dicotomia é, com efeito, simplesmente a reafirmação, do ponto de vista da sociedade como um todo, da existência de um mercado auto-regulável. Poder-se-ia argüir que a distinção das duas esferas existe em todos os tipos de sociedade, em todas as épocas. Tal inferência, porém, estaria baseada numa falácia. É certo que nenhuma sociedade pode existir sem um certo tipo de sistema que assegure ordem na produção e distribuição de bens. Mas isso não implica a existência de instituições econômicas distintas; normalmente, a ordem econômica é meramente uma função do social, no qual está contida. Nem nas condições tribais, feudais ou mercantis houve, como mostramos, um sistema econômico distinto na sociedade. A sociedade do século XIX, na qual a atividade econômica foi isolada e recebeu uma motivação econômica distintiva, foi, na realidade, um afastamento singular.”⁹

Polanyi prossegue argumentando que não só uma economia de mercado exige a distinção dos elementos da economia de outras esferas da vida social, como também isso significa, de fato, a dominância do princípio do mercado sobre outros princípios sociais. Dado que dois dos elementos da economia — terra e trabalho — são aspectos básicos da vida social, subordiná-los aos mecanismos do mercado é, com efeito, subordinar a sociedade ao mercado: “Mas o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos de que toda sociedade consiste e o meio ambiente natural em que ela existe. Incluí-los no mecanismo do mercado significa subordinar a própria substância da sociedade às leis do mercado.”¹⁰

Poderíamos restringir o argumento de Polanyi afirmando que nem todo trabalho se torna subordinado às leis do mercado quando a economia se converte em economia de mercado; o trabalho doméstico não se subordina, pelo menos em certo sentido limitado. Desde que, porém, *algum* trabalho essencial à sobrevivência humana de fato se subordina ao mercado, podemos ainda aquiescer nessa questão da crescente dominância do mercado. Ademais, poderíamos também concordar com sua outra afirmativa de que a organização do sistema econômico sob um mecanismo de mercado significa também a dominância do econômico. Argumenta ele que isso ocorre porque:

“a importância vital do fator econômico para a existência da sociedade frustra qualquer outro resultado. Porque levando em consideração que o sistema econômico é organizado em instituições distintas, com base em motivos específicos e conferindo *status* especial, a sociedade pode ser formada de tal modo a permitir que o sistema funcione segundo suas próprias leis. Esse é o significado da conhecida afirmação de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.”¹¹

Esse argumento pode ser suplementado pela afirmação de que a aliança da produção de bens com o motivo aquisitivo significa a elevação em importância da produção de bens sobre outras atividades da vida. O motivo aquisitivo é tal que permiti-lo como motivo significa permiti-lo como motivo dominante.

Assim, uma tese que é, em geral, considerada como central no marxismo — a distinção e dominância do econômico — é, de fato, uma condição definidora de um mercado que só se torna real no século XIX. Pode-se, pois, concluir que o marxismo como teoria social é em grande parte produto do seu tempo, compreensível como uma exposição daquilo que estava começando a acontecer, e falso na medida em que a limitada aplicabilidade histórica de suas proposições não foi reconhecida.

Como observamos, Polanyi afirma que uma condição definidora da economia de mercado é a distinção de econômico e político. Não observado por ele, mas também essencial, é a distinção entre econômico e doméstico e familiar. De fato, sabemos que a essência da industrialização é o fato de que a produção de bens deixa de ser organizada por relações de parentesco, uma atividade doméstica. A criação de bens por membros do lar, para fins de uso pelo lar, e organizada sobretudo de acordo com as funções da família, vem a ser substituída pela criação de bens por membros de muitas famílias diferentes, para fins de troca, e organizada de acordo com o móvel do lucro. A transformação dos elementos da produção em mercadorias significa não apenas, como observa Polanyi, uma perda do controle por parte do Estado sobre esses elementos, mas também uma perda por parte da família. Quando o trabalho era no lar, seu conteúdo e organização eram sobretudo uma questão familiar; ao deixar o lar, apenas suas conseqüências — salários — continuaram como tal.

Portanto, da análise acima podemos incluir o surgimento do “econômico” como distinto tanto da família como do Estado em resultado de um processo histórico. Esse tipo de análise é que demonstrarei estar mais em sintonia com as exigências do feminismo. É também a que poderia ser utilizada para questionar e aclarar a tendência entre Marx e seus seguidores de utilizar a categoria do “econômico” culturalmente. A ironia, porém, é que essa análise histórica poderia por sua vez ser tida como “marxista”. O trabalho de Polanyi fundamenta-se nos tipos de investigação histórica que o próprio Marx afetou ao estudar o surgimento do capitalismo a partir de formas sociais anteriores. Essa ironia reforça uma questão aventada anteriormente — que enquanto na análise

histórica concreta de Marx há muito de que o feminismo pode retirar para compreender as relações cambiantes de família, Estado e economia, é mais fortemente nas afirmações culturais de Marx que a teoria se torna sem valor para o feminismo. Para expor essa questão, a saber, mostrar que é precisamente a a-historicidade de Marx que explica a fragilidade da teoria para o estudo do gênero, gostaria de focalizar especificamente as conseqüências desses problemas para uma análise marxista do gênero.

3 Marx sobre as Mulheres, Relações de Gênero e a Família

Ao compreender o marxismo quanto ao gênero é importante notar que o conceito marxista de “classe” repousa numa estreita tradução de “produção” e “econômico”, isto é, incorporando apenas aquelas atividades ocupadas com a feitura de alimentos e objetos. Assim, o critério que Marx utiliza para demarcar a posição de classe — “relação quanto aos meios de produção” — é compreendido como relação quanto aos meios de produzir alimentos e objetos. Para Marx, a primeira divisão de classes surgiu da luta pela apropriação do primeiro excedente social, quer dizer, o primeiro excedente social de alimentos e objetos. Uma conseqüência dessa definição de classe é desconsiderar conflitos históricos por outras atividades socialmente necessárias, tais como geração e criação de filhos. Uma segunda conseqüência é não levar em conta mudanças na organização dessas atividades como componentes da mudança histórica. A teoria passa por alto sobre atividades que têm sido pelo menos um dos importantes componentes nas relações dos gêneros. Mas aqui podemos indagar à teoria sobre certas questões: por que deveríamos eliminar mudança na reprodução ou práticas de criar filhos de nossa teoria da história ou incluir temas menos importantes que mudanças implicadas nas atividades de produzir alimento e objetos? Primeiro, acaso até mesmo faz sentido tentar distinguir as mudanças implicadas, antes do tempo em que essas atividades eram por si diferenciadas, isto é, antes da época em que a “economia” se tornou por si diferenciada da “família”? Além do mais, não seria a afirmação da maior importância das transformações na própria produção o produto de uma sociedade que dá prioridade ao alimento e à criação de objetos a outras atividades da vida humana?

Muitos teóricos feministas observaram as conseqüências de Marx ter deixado as atividades reprodutivas de fora de sua teoria da história. Mary O'Brien, por exemplo, mostra que um dos efeitos é separar a continuidade histórica da continuidade biológica, o que se poderia observar ser sobremodo irônico para um “materialista”:

“Assim é que Marx fala reiteradamente da necessidade de que os homens se ‘reproduzam’, e com isso quer dizer que o homem necessita de

uma reprodução diária do eu, pelo contínuo e necessário reabastecimento do organismo com o combustível para as suas necessidades biológicas. O homem se faz materialmente, e isso, evidentemente, é verdade. O homem, porém, é também 'feito' reprodutivamente pelo trabalho de parto das mulheres, mas Marx essencialmente combina esses dois processos. Isso tem o efeito de negar a continuidade biológica que é mediada pelo trabalho reprodutivo das mulheres e substituir isso pela continuidade produtiva na qual os homens, ao fazer-se, também fazem a história. Marx jamais observa que os homens se acham de fato separados *materialmente* tanto da natureza como da continuidade biológica pela alienação do sêmen masculino na cópula."¹²

Do mesmo modo, embora de uma perspectiva diferente, por não analisar as atividades "reprodutivas", Marx é levado a ignorar o componente de socialização na história humana. Em outras palavras, as falhas na teoria de Marx que resultam de sua atração por uma estreita interpretação de "materialismo" poderiam ter sido amenizadas, caso ele tivesse prestado mais atenção à atividade de gestação e parto.

Como observa O'Brien, há uma tendência em Marx de negar a sociabilidade e historicidade de atividades reprodutivas, a ver essas atividades como naturais e, pois, a-históricas.¹³ Por outro lado, ele às vezes trata as mudanças na organização de tais atividades como efeitos históricos de mudanças nas relações de produção. Assim, nota ela que no *Manifesto Comunista*, Marx trata a família como um efeito superestrutural da economia.¹⁴ Isso é evidenciado também numa carta a P. V. Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, onde Marx declara: "Admita certos estágios do desenvolvimento da produção, comércio e consumo e você verá uma correspondente constituição social, uma correspondente organização da família, de ordens e classes, numa palavra, uma correspondente sociedade civil."¹⁵ Aqui, novamente, tais tendências em Marx podem ser explicadas pelo exame da função e ideologia da família numa sociedade industrial. Quando as atividades "produtivas" deixam a esfera doméstica e vêm a constituir o mundo da mudança e do dinamismo, as atividades de "reprodução" começam a ser encaradas como os aspectos brutos, fisiológicos e não-históricos da existência humana ou como subprodutos de mudanças na economia.

Importante problema decorrente especificamente de uma visão das atividades "reprodutivas" universalmente como a conseqüência das atividades "produtivas" é que com isso estamos impedidos de compreender a integração de "produção" e "reprodução" nas sociedades pré-capitalistas. Uma conseqüência é que nós não conseguimos ver como mulheres e homens nessas sociedades ocupam relações muito diferentes dessas atividades ligadas à produção de alimentos e objetos, diferença essa *conectada* com as regras que regem casamento e sexualidade. Além do mais, essa relação distintiva com as atividades "produtivas" não pode ser definida exclusivamente em termos de uma

"divisão do trabalho". Embora apareça alguma persistente divisão do trabalho por gênero através da história em relação mesmo à produção de alimento e objetos, as mulheres têm tido também menos controle sobre os meios e resultados dessa atividade que os homens, novamente, *em conexão com* aquelas mesmas normas que organizam o casamento e a sexualidade em sociedades organizadas pelo parentesco.

A conclusão, porém, desse reconhecimento é que o gênero, certamente em sociedades organizadas pelo parentesco, e talvez em variáveis graus nas sociedades seguintes, devia ser encarado como significativa divisão de classe mesmo admitindo uma compreensão tradicional de classe. Em outras palavras, mesmo que aceitemos a tradução marxista tradicional de produção designando atividades ligadas a produzir alimentos e objetos, então as relações de gênero, desde que historicamente envolvendo diferente acesso ao controle dessas atividades, constituem relações de classe. Essa questão nos leva além da tradicional punição feminista do marxismo por seu enfoque exclusivo na produção. Parte da limitação dessa punição era que o feminismo partilhava com os marxistas a crença na separabilidade nas atividades "produtivas" e "reprodutivas". Mas se reconhecermos essa separabilidade como historicamente ligada a uma forma de organização social onde o princípio da troca substituiu até certo ponto o princípio do parentesco como meio de organizar a produção e a distribuição de bens, então nossa compreensão das limitações do marxismo sobre o gênero se aprofunda.

Outro meio de explicar essa questão é notar que quando Marx e os marxistas utilizam a categoria "classe", têm muito paradigmaticamente em vista exemplos de sociedades como o capitalismo ou feudalismo. Na sociedade feudal, as relações de parentesco ainda organizam as relações de produção em significativo grau, mas o gênero, no caso, pode ser em certas instâncias, menos fundamental indicando relação com os "meios de produção" do que conexão com uma linhagem específica de parentesco. Nas sociedades capitalistas, a conexão com uma linhagem de parentesco específica continua sendo um componente na constituição da classe, mas, também, somente em conjunção com as ações do mercado. Todavia, nem a sociedade esclarece o argumento de sociedades mais "igualitárias", onde diferenças em linhagens de parentesco entre os homens podem ser um indicador menos importante de diferenças no controle da produção que o gênero. Em outras palavras, se o gênero é ou não um importante indicador de classe deve ser determinado em cada instância empiricamente, e não podemos presumir, como o fazem muitos marxistas, que gênero e classe sejam inerentemente distintos. Pelo contrário, a evidência parece ser de que, em muitas sociedades antigas, o gênero é um indicador fundamental de classe, fato que ressoa através da história subsequente, conquanto também em conjunção com outros fatores e, às vezes, subordinando-se a eles.

Essa última questão nos traz, finalmente, ao problema da capaci-

dade do marxismo de estudar o gênero na sociedade capitalista. Muito de minha crítica a Marx baseou-se na afirmativa de que ele generaliza de forma falsa aspectos da sociedade capitalista para a sociedades nas quais esses aspectos não prevalecem, falha esta que explica a fragilidade da teoria ao estudar o gênero. A implicação deste argumento seria que a teoria é adequada como explicação do capitalismo e como relato das relações de gênero no seio da sociedade capitalista. Um problema, porém, com essa conclusão é que ele ignora o fato de que a sociedade capitalista contém aspectos de sociedades pré-capitalistas que são altamente relevantes para o gênero. Por exemplo, é certo que na sociedade capitalista a economia, de fato, se torna mais autônoma de outros reinos do que em qualquer sociedade anterior. Mas na medida em que o marxismo como teoria trata o “econômico” como autônomo, perde de vista os modos como as próprias economias capitalistas provieram de aspectos “não-econômicos” da existência humana e continuam a ser afetados por eles. De fato, o marxismo, ao atribuir autonomia ao “econômico”, se aproxima da posição liberal que negaria a influência sobre o mercado de fatores como gênero, religião, política etc. Evidentemente, em contextos específicos e em desacordos específicos com liberais e conservadores, os marxistas freqüentemente argumentam em favor da determinância desses fatores não-econômicos. Ainda uma vez, porém, o marxismo como análise histórica parece incompatível com o marxismo como teoria cultural.

Para os marxistas, a saída desse dilema seria eliminar a teoria cultural e seguir a análise histórica mais consistentemente. Isso significaria investigar a progressiva dominação do Estado e, depois, do mercado, sobre o parentesco como um processo histórico.¹⁶ Esse tipo de enfoque poderia capacitar o marxismo a corrigir duas falhas interligadas dentro da teoria: sua incapacidade de explicar o gênero e a história das relações de gênero, e sua falha em ser adequadamente sabedor da limitação histórica de certas assertivas suas. Ao reconhecer que a progressiva dominação do mercado tem sido um processo histórico, ele poderia evitar esta última falha. Ao reconhecer tanto a centralidade do parentesco na estruturação de sociedades anteriores, como sua interação centenária com outras instituições, por exemplo, o Estado e o mercado, poderia prover-se de meios para estudar o gênero. É irônico observar aqui que os marxistas têm ocasionalmente conceituado o feminismo radical como a-histórico. Enquanto o feminismo radical apontava para a universalidade da família, os marxistas argumentavam que essa instituição é sempre o efeito cambiante de ocorrências na economia. Contudo, pode ser em função da falha do marxismo em não prestar suficiente atenção à fundamentalidade do parentesco e sua relação cambiante com outras instituições e práticas sociais a causa da teoria tornar-se falsamente a-histórica.

Do estudo que acabamos de fazer das falhas do marxismo em explicar o gênero, podemos decidir certas disputas entre feministas marxistas contemporâneos. Como vimos, os feministas marxistas reconheceram que a categoria marxista “produção” deixa de lado muitas atividades femininas tradicionais. Em resposta, alguns argumentaram que devemos ampliar essa categoria incluindo a categoria “reprodução”. Essa é, por exemplo, a posição de Mary O’Brien: “O que deve ser feito é uma modificação do modelo sócio-histórico de Marx, para explicar duas subestruturas opostas, a de produção e a de reprodução. Isso, de fato, aperfeiçoa o modelo.”¹⁷

Outros feministas marxistas oferecem modelos semelhantes ou algo revisados. Ann Ferguson e Nancy Folbre, por exemplo, preferem rotular a categoria ampliada como “produção sexo-afetiva” em vez de “reprodução”. Observam que o termo “reprodução” é utilizado por Marx para designar o “processo econômico através do tempo”. Empregá-lo para designar atividades tais como gestação, parto e criação de filhos poderia resultar em alguma confusão. Além do mais, argumentam, ao incluir tarefas tradicionalmente reconhecidas como femininas sob a categoria de “produção”, vem-nos à mente a utilidade social dessas tarefas.¹⁸

Essas propostas foram consideradas por Iris Young como constituindo variantes do que ela chama de “teoria dos sistemas duais”. Young admite também a estreiteza da categoria marxista de produção:

“Tarefas tradicionais das mulheres tais como dar à luz e criar filhos, atender doentes, lavar, cozinhar etc. caem sob a categoria de trabalho tanto quanto fazer objetos numa fábrica. Utilizar a categoria da produção ou trabalho para designar apenas a feitura de objetos materiais concretos numa fábrica moderna foi uma das desnecessárias tragédias da teoria marxista.”¹⁹

Todavia, Young não aprova focalizar essas atividades que ficaram fora dessa categoria para tornar o marxismo mais aclarador do gênero. Uma fragilidade dessa solução é que ela não explica as relações de gênero que ocorrem no seio da “produção”.²⁰ Em outras palavras, Young insiste na questão antes declarada neste capítulo: que o gênero tem sido uma variável significativa mesmo entre aquelas atividades ocupadas com a feitura de alimentos e objetos. Assim, qualquer análise do gênero deve fazer mais que ampliar a categoria tradicional.

O problema básico da teoria dos sistemas duais, de acordo com Young é que ele não questiona seriamente o arcabouço do marxismo.²¹ O fato de que esse arcabouço é cego para o gênero deve indicar uma deficiência, cujo remédio não pode ser meramente suplementação. Além do mais, a teoria dos sistemas duais, ao separar e distinguir o problema da opressão das mulheres do que é abrangido pelo mar-

xismo reforça a idéia de que a opressão das mulheres não passa de tópico suplementar no escopo principal do marxismo.

A análise exposta no texto precedente permite-nos compreender o atrativo da teoria dos sistemas duais e enfrentar o questionamento de Young. Os teóricos dessa corrente estão corretos em admitir que a principal causa da incapacidade do marxismo de analisar o gênero é a estreiteza da sua categoria “produção”. Erram, porém, é em não ver esse problema como função do engolfamento do marxismo nas categorias do seu tempo. A exclusão de certas atividades do domínio da produção não é suficientemente apreciada como sintoma do período específico que a teoria marxista está refletindo. Na sociedade industrial, muitas daquelas atividades deixadas de fora vêm a tornar-se identificadas com as mulheres e passam a ser encaradas como de fora da produção. Essa exclusão é, por sua vez, refletida nas categorias de Marx.

Essa avaliação da falha da categoria marxista fornece-nos um remédio diferente daquele proposto pelos teóricos dos sistemas duais. Embora possamos concordar com esses teóricos de que a adição da categoria “reprodução” à categoria “produção” possa ser necessária para compreender as relações de gênero na sociedade industrial, nenhuma delas será necessariamente útil para o estudo de sociedades anteriores. De fato, desde que não há razão para crer que as espécies de divisões sociais expressas por essas categorias desempenhassem um papel significativo na estruturação das relações de gênero nessas sociedades, não haveria razão alguma para recorrer a elas. Não quer dizer, evidentemente, que o gênero não desempenhasse significativo papel nas antigas sociedades. Pelo contrário, as categorias através das quais precisamos apreendê-lo têm que ser compreendidas como historicamente mutantes, refletindo o surgimento cambiante, a dominância e decadência de diferentes instituições. Desse modo, nas sociedades antigas parece que a instituição-chave na estruturação do gênero, bem como as atividades que rotularíamos como políticas e econômicas, é o parentesco.

A teoria social deve focar as relações diferenciais de poder no seio do parentesco para explicar relações entre homens e mulheres bem como homens como grupo e mulheres como grupo. Para períodos posteriores precisamos focar as transformações do parentesco em família, e o surgimento da economia e do Estado como esferas separadas. Portanto, para a época moderna, precisamos focar a própria separação *histórica* das esferas que levou os liberais a diferenciar a família e o Estado, e os marxistas a diferenciar produção e reprodução.

5 Conclusão

Em suma, discorreremos extensamente sobre a tendência do marxismo a empregar categorias enraizada nas relações sociais capitalistas e seu

fracasso em compreender o gênero. Na medida em que os marxistas interpretam “produção” como algo necessariamente distinto de “reprodução”, os aspectos da sociedade capitalista são falsamente universalizados e as relações de gênero, tanto nas sociedades capitalistas como pré-capitalistas, ficam obscurecidas. Nas sociedades pré-capitalistas, práticas de criar crianças, relações sexuais e o que chamamos de atividades “produtivas” são organizadas conjuntamente por meio do parentesco. Assim, nessas sociedades, questões de gênero e questões de classe são inseparáveis. Além do mais, dentro da sociedade capitalista essa integração de gênero e classe prossegue na medida em que a esfera econômica, cada vez mais separada, carrega traços de suas origens em seu funcionamento contínuo, e também na medida em que a separação do econômico da família e do lar permanece incompleta. Desse modo, compreender gênero, tanto em suas manifestações pré-capitalistas e capitalistas exigem uma consciência da natureza histórica da separação da esfera econômica em vez de sua pressuposição nas categorias utilizadas.

Evidentemente, a complicação é que o marxismo mantém e não mantém essa consciência. Sem dúvida, Marx e a maioria dos seus seguidores estão até certo ponto conscientes da autonomização do econômico como um processo histórico. O problema, porém, é que essa consciência está ligada a uma estrutura teórica que pressupõe a separação do econômico como um fenômeno cultural. Digno de nota aqui é o fato de que foram os teóricos adeptos da teoria crítica que tenderam a distinguir marxismo como análise histórica de marxismo como teoria cultural e optar pela primeira. Assim Georg Lukacs em *História e Consciência de Classe* foi o primeiro a levantar a questão da aplicabilidade do conceito de classe de Marx e Jürgen Habermas em *Conhecimento e Interesses Humanos* distinguiu as análises empíricas de Marx e sua compreensão filosófica.²²

Não observado, porém, por esses teóricos ou por outros que levantaram questões semelhantes sobre o marxismo como teoria cultural, é a força do gênero como exemplo concreto e fundamental do problema. Como demonstramos, é nas próprias ambigüidades do conceito de Marx de “produção” que se juntam as falhas da teoria em compreender gênero e sua tendência a universalizar relações sociais capitalistas.

Assim, a crítica feminista do marxismo vai além do que é em geral percebido como um apelo relativamente superficial a incorporar gênero; a tornar-se uma voz poderosa na análise de sua fragilidade básica; e um meio necessário na tarefa de sua reconstrução.